

As Vicissitudes de uma Nova Interpretação sobre o Subdesenvolvimento e a Dependência: Notas Críticas à Proposta de Claudio Katz*

Recebido: 23-10-2018

Aprovado: 30-10-2018

Jaime Osorio¹

Introdução

Ninguém deveria opor-se, *a priori*, à renovação do marxismo e, em particular, da teoria marxista da dependência (TMD). Uma postura em tal sentido é própria do dogmatismo e das crenças religiosas. Mas evocar a ideia de renovação de uma teoria para tergiversar ou destruir suas bases e seus eixos, é uma atitude ao menos imprudente, e com mais razão quando quem leva a cabo esta tarefa dá a entender que se encontra no seio de tal proposta teórica.

Nestas breves notas me proponho a colocar em manifesto que mais além do interesse que apresentam muitos aspectos dos escritos de Claudio Katz nos últimos anos (2016-2018), que não são poucos, predomina em alguns deles, portanto, um afã de destruição das bases centrais da teoria marxista da dependência (TMD), em particular aqueles referentes à categoria de superexploração, desvalorizando também a de intercâmbio desigual e propondo estabelecer uma singular concessão à proposta de Juan Íñigo Carrera sobre a renda para explicar o subdesenvolvimento da região.

A seguir me deterei em alguns pontos conflitivos da proposta de Katz.

Os limites de uma hipótese de Marx na concretização do Capitalismo

* Tradução do original em castelhano por Tomás de Siervi Barcellos (ELA/UnB) e Raphael Lana Seabra (ELA/UnB).

¹ Profesor Titular. Departamento de Relaciones Sociales. Universidad Autónoma del México-Xochimilco. Contato: josorio@correo.xoc.uam.mx

O ponto inicial das divergências partem de sua ideia de conformar uma teoria marxista da “dependência sem superexploração” (Katz, 2017, p.6), isto é, de uma teoria onde não é incorporada a violação do valor da força de trabalho ou o pagamento do salário por baixo de tal valor. Num trabalho recente (Osorio, 2018) formulou uma reposta ampla sobre esta proposta. Por isso aqui me limitarei a destacar apenas alguns aspectos.

Os argumentos de Katz para fundamentar sua proposta anterior são diversos. Entre eles destaca que Marx

“Não deixou nenhuma dúvida sobre a remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor” (2017, p.7). Que se a “violação (do valor da força de trabalho) é vista como uma norma: que sentido tem a teoria do valor como fundamento ordenador da lógica do capitalismo? Uma transgressão – continua Katz – deveria ser observada no máximo como uma exceção. Não é sensato supor que o edifício teórico de *O Capital* opera nos fatos ao contrário” (Katz, 2017, p.8).

A primeira coisa é indicar que para a “análise geral do capital”, Marx efetivamente assinala que “aqui partimos do pressuposto de que as mercadorias, incluindo entre elas a força de trabalho, se compram e se vendem sempre por todo seu valor” (Marx, 1973a: 251).

Este “pressuposto” é chave para rebater as diversas escolas que referiam a terra, o comércio ou a indústria como as fontes geradoras da riqueza no capitalismo. Marx necessita deixar manifesto que o mais-valor nesta organização societária provém apenas da diferença entre o valor produzido numa jornada laboral pela força de trabalho e o valor de tal força de trabalho. Ali repousa a base da exploração no capitalismo e o chão desde o qual se realiza a luta de classes neste modo de produção.

Provado o anterior nos primeiros capítulos do livro primeiro de *O Capital*, o “pressuposto” começa a mostrar nuances, porque com a maior concreticidade vai se fazendo patente que a fome por trabalho excedente pelo capital leva à violenta-lo.

Ocorre assim quando situado na análise da mais-valia relativa Marx indica que o capital pode prolongar o tempo de trabalho excedente reduzindo o pagamento que corresponde ao tempo de trabalho necessário, o que implicaria “fazer baixar o salário do operário por baixo do valor da força de trabalho” (Marx, 1973a: 251). Algumas linhas depois adiciona:

“Por agora, este método [fazer baixar o salário do operário por baixo do valor da força de trabalho – do autor], que desempenha um papel *muito* importante no *movimento real dos salários* , fica *excluído* de nossas considerações *por uma razão* : porque aqui *partimos do pressuposto* de que as mercadorias, incluindo entre elas a força de trabalho, se compram e se vendem sempre por todo seu valor” (Ibidem – *itálicos* do autor).

No “movimiento real dos salarios”, destaca Marx, o pagamento dos salarios por baixo do valor da força de trabalho é “muito importante”. Mas, de acordo com o pressuposto, “por agora” não se considerará. Em poucas palavras, todo o sentido do parágrafo é para ressaltar que em condições mais concretas e reais, o pressuposto não pode se sustentar.

Ideia que reitera mais adiante:

“Ao estudar a produção de mais-valia, partimos sempre do pressuposto de que o salário representa, pelo menos, o valor da força de trabalho. No entanto, *na prática a redução forçada do salário por baixo deste valor tem uma importância muito grande* para que nos detenhamos um momento a examiná-la”, para concluir que “graças a isto, *o fundo necessário de consumo do operário de fato se converte, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação do capital* ” (Marx, 1973a: 505 – *itálico* do autor).

No contexto de formulações como as anteriores: poderia ser indicado que é o próprio Marx quem está destruindo seu “edifício teórico”, como dá a entender Katz? Evidentemente que não. Pelo contrário, é indicativo de que existem leituras que não entenderam o sentido do “pressuposto” inicialmente formulado.

E estes leitores, em vez de assumir os problemas que derivam de indicações como os que temos destacado, os recusam e os abrigam destacando que existe um “pressuposto”, e que só este pressuposto é a “palavra de Marx”.

Contra o apontado por Katz, não é uma exceção em sua formulação teórico que Marx indique o pagamento da força de trabalho por baixo de seu valor entre os mecanismos fundamentais para contrarrestar a queda da taxa de lucro.

O problema, a contrapelo da indicação de Katz, se reitera uma e outra vez. Quando Marx analisa os limites da jornada de trabalho, nas palavras de um operário dirigindo-se a uma capitalista, ressalta: “Ampliando desmedidamente a jornada de trabalho, pode me retirar num só dia uma quantidade de energia superior à que eu logro repor em três. Por este caminho, o que você ganha em trabalho eu perco em substância energética. Uma coisa é usar minha força de trabalho e outra muito distinta é *desfalca-la* ” (Marx, 1973, p.179-180).

E apenas “até certo ponto cabe compensar o maior desgaste da força de trabalho que necessariamente supõe toda prolongação da jornada aumentando ao mesmo tempo a remuneração” porque “rebaixado esse ponto, o desgaste cresce em progressão geométrica, destruindo ao mesmo tempo todas as condições normais de reprodução e funcionamento da força de trabalho” (Marx, 1973a: 441). Ocorre o mesmo com a intensificação do trabalho.

Confusões entre Pauperismo Absoluto e Superexploração

Para Katz, como para seu referencial teórico na matéria, o sociólogo equatoriano Agustín Cueva, superexploração é sinônimo de pobreza absoluta (Cueva, 1994, p.99 e 228).

Como nos recorda Katz, Cueva destacou

“a incompatibilidade do capitalismo com a generalizada remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor”; que “a subremuneração dos assalariados transgredia os princípios da acumulação”; que isto implica “a reprodução da força de trabalho mediante preços de acordo com o valor dessa mercadoria”; que “a violação de(stes) critérios ameaçariam a própria sobrevivência dos trabalhadores”, os que de fato não recebem “os bens requeridos para subsistir tenderiam a padecer de uma deterioração que minaria nutriente humano do sistema” (Katz, 2017, p.2).

A partir desse erro, confundir superexploração com pauperismo absoluto, Katz formula que a “burguesia deve remunerar o grosso do proletariado pelo valor de sua força de trabalho”, já que “apenas dessa forma assegura a continuidade de seu sistema”, no entanto, “uma sub-remuneração contínua dos assalariados impediria esse funcionamento” (Katz, 2018, p.2).

A mesma ideia é repetida quando ressalta:

“ao postular a preeminência dos salários inferiores ao requerido para a produção dos trabalhadores, Osorio repete os velhos equívocos que emergiram dos debates sobre a pauperização absoluta”. E adiciona: “Nessas polêmicas foi demonstrado que um proletariado desprovido dos bens necessários para sua subsistência tenderia a padecer de uma deterioração terminal” (Katz, 2018, p.2). Em vez disso, “o sistema (...) não obstrui a reprodução normal (sic) dos operários”, porque “o capitalismo se recria com formas brutais (mas) sem devastar seu cimento principal” (Katz, 2017, p.2).

Em outras palavras, para Katz sustentar a vigência da superexploração é sinônimo de indicar que o capital destrói fisicamente a população trabalhadora, e um capitalismo sem

trabalhadores é impensável, o que denota que assim como Cueva, Katz entende a superexploração como pobreza absoluta.

Porém, superexploração é violação do valor da força de trabalho, valor que se vê tensionado por um duplo movimento: o desenvolvimento de alguns bens novos, que inicialmente emergem como bens suntuários, tais como refrigeradores, lavadoras, televisores, celulares e que, num segundo momento, ao se elevar a produtividade nos ramos que os produzem, permite que seus preços sejam reduzidos e isso favorece que se tornem bens saláris e seu consumo se massifique.

Em outras palavras, a massa de valores de uso (bens e serviços) que intervém no valor da força de trabalho no século XXI é maior que a massa de valores de uso que definia o valor da força de trabalho no século XIX. Se um trabalhador no século XXI não pode acessar ao conjunto de valores de uso (bens e serviços) que definem o valor de sua força de trabalho, está sendo superexplorado, o que não significa que tenha de consumir o mesmo que um trabalhador do século XIX ou antes, para que possamos afirmar o anterior.

Claro que os trabalhadores podem consumir refrigeradores, televisores e celulares no século XXI. Mas em condições de superexploração, isto se logra, em geral, deixando de cobrir outras necessidades básicas, como consultas médicas, dentistas, gastos com educação, alimentação adequada, vestuário ou habitação apropriado para eles e sua família.

A superexploração não significa que os trabalhadores devam morrer aos quarenta ou cinquenta anos, como faz ver Katz em sua crítica (o esgotamento prematuro das capacidades laborais não condiz com “o aumento da média de vida dos trabalhadores” (Katz, 2017, p.2)). A apropriação dos anos futuros de vida e de venda anormal da força de trabalho que propicia a superexploração reflete-se em que tal venda se fará em piores condições. Para o capital, um trabalhador superexplorado desde jovem, é aos quarenta e cinco ou cinquenta anos de vida um trabalhador para quem se pode dar um emprego, mas com salários inferiores, já que é uma força de trabalho esgotada prematuramente. E é possível viver anos próximos às novas médias de expectativa de vida, mas com adoecimentos e sofrimentos, resultado de uma vida depredada e/ou deficientemente recuperada em termos alimentares, de repouso ou cuidados médicos. Apesar de se estender, sua vida estará marcada por esses males.

Os Estratos e a Heterogeneidade da Economia Mundial

As soluções “simples” que Katz propõe para evitar os problemas que atribui à superexploração passam por negar o termo, de modo que “a dependência não se baseia na violação senão no cumprimento da lei do valor” (Katz, 2017, p.8). Continue falando sobre superexploração, no entanto se “substitua a ideia de pagamento por baixo do valor da força de trabalho por remuneração baixa desse recurso” (Idem, p.15). E com isso chegamos a um dos eixos de sua proposta de renovação da teoria da dependência.

A partir da pergunta “como se poderia reformular a intuição (sic) de Marini sem os problemas conceituais da superexploração? Existe algum enunciado que compatibilize as objeções de Cueva, antes destacadas, com as características da força laboral nas economias dependentes?²”, Katz responde: “a solução mais simples é postular que nessas regiões predomina um valor baixo da força de trabalho” (Katz, 2017, p.3).

Aqui nosso autor e suas “soluções simples” o incluem no horizonte da economia vulgar desenhada por Marx, quem indica: “(...) eu entendo por economia política clássica toda a economia que (...) pesquisa a concatenação interna do regime burguês de produção, diferentemente da economia vulgar, que não sabe mais do que se afundar nas concatenações aparentes” (Marx, 1973a, p.45), ou seja, em como os processos se apresentam de imediato e, no caso do salário, onde alguns aparecem altos, outros médios e terceiros baixos.

A partir dessa “solução”, toda a economia mundial agora também pode ser organizada em três estratos, de acordo com o nível interno de desenvolvimento, com o que teríamos economias avançadas, economias medidas e economias atrasadas, e outros três níveis segundo “o lugar que ocupa cada país na estratificação global”, distinguindo centro, semiperiferia e periferia (Katz, 2017, p.3). “Este registro de valores cambiantes e estratificados do [valor da] força de trabalho [alto no centro, baixo na periferia e médio na semiperiferia] *exige utilizar conceitos marxistas clássicos*, distanciados do princípio da superexploração” (Katz, 2017, p.4 – *italico do autor*).

² Previamente Katz ressaltou que “os desacertos teóricos da superexploração não invalidam a presença prática de algum equivalente dessa categoria”. Já vimos que esse equivalente foi encontrado no pauperismo absoluto por Cueva e seguido por Katz. Mas, Katz agrega, “a divergência (de Cueva) com o conceito e (sua) coincidência com a teoria marxista da dependência (?) abriram um caminho importante de reflexões” (?) (Katz, 2017, p.3), como a deturpação da superexploração?

A primeira pergunta é por que a exigência final destacada não se aplica para a estratificação proposta? É necessário que o marxismo possa explicar a diversidade entre economias presente no sistema mundial, mas a solução não pode caminhar pelo ecletismo e pela simples solução de assinalar estratos, numa lógica em que predominam “coisas” e não relações³. Na realidade Katz considera que ao falar de economias avançadas, economias atrasadas, com o clássico coringa de “economias medianas”, estaria fazendo um aporte aos problemas de renovação da teoria marxista da dependência? Em que esta nomenclatura se diferencia de modo substantivo daquelas que formuladas por organismos internacionais que falam, por exemplo, de economias desenvolvidas, economias emergentes e economias em desenvolvimento?

Além disso, os próprios termos empregados como economias “atrasadas” remetem à ideia de economias que ao fazer o que lhes caberia podem chegar a ser “avançadas”, de modo que não existe diferença qualitativa entre elas, apenas distâncias quantitativas que podem ser superadas. Daí à formulação de propostas neo-desenvolvimentistas não existe distância alguma.

Neste quadro, a retomada das noções cepalinas de centro e periferia parece progressista, com o complemento wallersteniano de semiperifeia, um clássico preenchimento do que não é isto nem aquilo, ou de algo disto e algo daquilo.

O problema das teorias da estratificação é que ordenam, mas sem poder dar conta das relações entre os agrupamentos que sugerem. Assim, o extrato de renda alta não mantém relações substantivas que determinam sua condição e defina por sua vez a situação de outros estratos, no caso, o estrato de renda baixa. Cada um explica a si mesmo e por si mesmo, em função das capacidades diferenciadas, talentos e esforço ou não, dos indivíduos (ou nesse caso economias) que se encontram em cada estrato. No substancial não existem relações que expliquem uns e outros agrupamentos, como o realiza a teoria de classes. Para esta teoria, o fato de que se reproduzam agrupamentos humanos que vivem de salário necessariamente deve passar pela presença de outros que concentram os meios de produção, compram força de trabalho e se apoderam do mais-valor gerado. Desta forma é a relação o que explica a existência dos agrupamentos sociais chamados classes sociais.

³ Desenvolvemos este problema no capítulo II do livro *Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento*, Fondo de Cultura Económica, México, 2016 segunda edición.

Uma explicação da diversidade de economias no sistema mundial deve estar sujeita às relações entre elas e como tais relações geram diversidade.

Mas tão simples e eclética é a solução antes assinalada para substituir a noção de superexploração por economias com baixo valor da força de trabalho, que se somam às economias com valor médio e outras com valor alto da força de trabalho. E com isto nosso autor supõe haver salvado a teoria do valor e o “edifício teórico de Marx”.

Junto à substituição da superexploração pela ideia de baixo valor da força de trabalho, Katz assinala que outro pilar de sua renovação da teoria da dependência passa por “priorizar as transferências internacionais de mais-valor na explicação das dependências” (Katz, 2017: 10). Apoiando-se em Dussel nos leva a entender que é o intercâmbio desigual o fundamento da dependência, como sustenta justamente Dussel, e não a superexploração, como o assinala Marini (Katz: 2017, p.6).

Para certo setor no campo do marxismo latino-americano, ao constatar o intercâmbio desigual, ou neste caso as transferências de valor, lhes parece que já resolveram o problema de explicar a dependência ou o “atraso”, para continuar com a terminologia empregada por Katz. No entanto, o problema recém começa em sua manifestação: o estabelecimento de preços de produção e de mercado entre economias com maior composição orgânica que se fixam por cima do valor produzido, em detrimento de economias com mais menor composição orgânica, onde tais preços se fixam abaixo do valor.

Os problemas a se explicar recém começam porque um processo que poderia ser temporário, pelo potencial deslocamento de capitais prejudicados pelas posições e níveis de produtividade dos beneficiados e por agilizar o deslocamento da força de trabalho, elementos considerados para “a nivelção constante das constantes desigualdades” (Marx, 1973 III, p.198), não opera e, pelo contrário, tende a converter-se num processo regular que persiste no tempo.

Samir Amin ressaltou que se o nível de *O capital*, a análise é tridimensional, isto é, Marx considera a livre mobilidade de capitais, de mercadorias e de força de trabalho, no sistema mundial, isto é, em níveis de maior concreção, a análise é só bidimensional, porque ali só opera a livre mobilidade de capital e mercadorias, mas não da força de trabalho. E

isso modifica a lei do valor, que a este nível Amin redefine como a lei do valor mundializada (Amin, 1997, p.6; 2011, p.93).

Em qualquer caso o intercâmbio desigual e as transferências de valor são sintomas de problemas de maior envergadura, referidos à divisão internacional do trabalho, a imperante e as que imperaram em períodos prévios, aos processos econômico-políticos que geraram graus diferenciados de força entre economias e das particularidades de como se reproduz o capital em diferentes regiões e economias relacionadas no sistema mundial. Assinalar que o problema reside nos processos de transferências de valor, como o reitera Katz, é manter-se na superfície do mesmo.

Do ponto de vista das economias dependentes, por exemplo, é necessário explicar como se reproduz o capitalismo com baixa produtividade e por que tal capitalismo não se sente compelido a desatar o estímulo produtivista sustentado em maiores conhecimentos e tecnologias⁴, o que levaria a elevar a composição orgânica, como a competição e a perda de valores o indicariam, o que poderia gerar economias “autocentradas”, na proposta de Amin (Amin, 2011, p.99), e não economias “extrovertidas” (Ibidem). Nesta direção é que alcançam sentido as teses de uma reprodução capitalista sustentada na apropriação de parte do fundo de consumo dos produtores para convertê-lo em fundo de acumulação, sob os diversos mecanismos como opera a superexploração.

Os debates sobre causas e consequências que alude Dussel e retoma Katz só levam a falsos problemas. Sem intercâmbio desigual não há dependência, sem superexploração não há capitalismo dependente, sem capitalismo dependente não há intercâmbio desigual. E assim se gera uma espiral onde as causas se convertem em consequências e as consequências se convertem em causas. Ambos os processos se retroalimentam e se impulsionam. A reprodução no capitalismo dependente se sustenta na superexploração. Um capitalismo desta natureza não pode competir nos mercados mundiais sem permitir intercâmbios desiguais. E tais transferências alimentam a baixa produtividade, uma produção voltada aos mercados exteriores, violar o valor da força de trabalho e o desdobramento de um capitalismo que desenvolve o subdesenvolvimento.

⁴ Sobre este proceso, ver de Diógenes Moura Breda, Ensayo sobre la ceguera: la industria 4.0 en América Latina. <https://hemisferioizquierdo.uy/single-post/2018/06/17Ensayo-sobre-la-ceguera-la-industria-4.0-en-america-latina/>

Nestas condições as brechas no mercado mundial entre umas e outras formas de capitalismo não podem senão se ampliar, como se ampliam no interior de cada quais as contradições e brechas inerentes a todo capitalismo, agudizadas em todo o caso no capitalismo dependente.

Não mais Intercâmbio Desigual: agora renda e transferência de valor

Mas frente à falta de explicações próprias frente ao problema, a saída de Katz em seu projeto de renovação da TMD é adscrever-se a outra proposta que nega o intercâmbio desigual e o imperialismo e que faz da renda e sua expropriação o eixo do atraso e subdesenvolvimento, e que formula que a produção de matérias primas e alimentos propicia que sejam as economias da região as que subtraem valores das economias desenvolvidas (uma teoria do intercâmbio desigual, mas ao revés) (Iñigo Carrera, 2007). Deste ponto de partida, que parece oferecer um piso para romper com o subdesenvolvimento e a dependência, terminaria, pelo contrário, por reforçá-lo.

Depois de destacar que “o lucro embolsado pelos latifundiários constituía uma transferência de mais-valia gestada nos países importadores de (...) alimentos, resultado de uma renda diferencial assentada em fertilidades excepcionais”, Katz agrega que esta tese foi “posteriormente aperfeiçoada para explicar os enormes ingressos recebidos pela Argentina desde fins do século XIX” (Katz, 2018c, p.10-11). E nesse aperfeiçoamento se sustenta, de acordo com Katz, que “a mais-valia apropriada pela classe dominante argentina foi re-apropriada por seus concorrentes britânicos” e mais tarde pelos capitais estadunidenses. Mas que esse montante se reduziu, porque “a captação local (da renda) se diluiu por sua recaptura nas mãos de empresas estrangeiras”, instaladas em “frigoríficos, bancos e ferrovias inglesas que controlavam e financiavam a comercialização externa do trigo e da carne” (Katz, 2018c, p.11).

Em meio dessa confusão se tal renda se reduziu ou se diluiu, nosso autor sustenta que remanesce “um saldo favorável” (então não se diluiu de todo), o qual “fica compensado pelo déficit comercial de uma indústria mais concentrada, estrangeirizada e subsidiada”,

pelo que “a captação inicial de divisas por parte do agro [reduzida, nota do autor] se esfumaça logo [se perde? volta a se diluir?] na indústria e nas finanças” (Katz, 2018c, 11).

Não deixa de ser uma enorme ingenuidade, sem desconhecer as boas intenções que o animam, o apontamento de Katz de que “desde uma ótica dependentista este enfoque [o de que a renda de Íñigo Carrera – nota do autor] poderia ser interpretado como uma variante do ciclo estudado por Marini” (2018, 11). Só que esta proposta teria que assumir o intercâmbio desigual e a teoria do imperialismo, e que ajustar sua noção superexploração (enquanto salários abaixo do seu valor) à renovação conceitual proposta por Katz, de “salários baixos”. Quase nada.

Com a mesma ligeireza anterior creio que Katz poderia formular em próximos envios a ideia contrária: que a proposta de Marini, renovada claro está, não constituía em uma variante do desdobramento da teoria da renda para a América Latina de Íñigo Carrera. Ao fim que segundo nosso autor coincidem em tanto.

Nossa crítica às formulação de Katz neste tema não podem ser interpretadas como um rechaço à relevância do tema da renda para compreender a dinâmica do capitalismo dependente, assunto que já assinalamos em um texto anterior. (Osorio, 2017). A crítica se dirige ao sobre-dimensionamento que tanto Íñigo Carrera e agora Katz outorgam à renda como elemento explicativo da debilidade da acumulação no primeiro e ao subdesenvolvimento e o atraso o segundo.

O peso da renda não se remete só a Argentina. Previamente Katz destacou que “el usufruto da natureza para as novas empresas é registrada pelo novo conceito de extrativismo”, onde “no mapa do petróleo, os metais, a água e campos flamejam as bandeiras das principais economias desenvolvidas”, já que “a renda é desejada pelas classes dominantes do centro [mas também d]a periferia” (9-10), com o que assume que o processo acima resenhado é generalizado na região.

Mas não se pode transportar a suposta condição excepcional argentina para o resto das economias latino-americanas, todas ou quase todas exportadoras de matérias primas e alimentos. Aqui o que prevalece no longo prazo é a tendência ao decrescimento relativo dos preços dos bens que exporta a região, apesar de momentos em que esses se elevem em conjunturas, como ocorreu com quase todos os bens de exportação na primeira década do século XXI. Na ausência de dados melhores, de qual seria o cálculo do peso da renda

internacional, podemos recorrer - para nos aproximar ao problema -, como “indício”, aos estudos referidos a deterioração dos termos de troca, onde com as estatísticas desde fins do século XIX até entrado o século XXI se mostra que os preços da maioria dos produtos de exportação da América Latina, sejam matérias primas ou alimentos, perderam peso relativo frente aos preços que a região adquire das economias desenvolvidas (Ocampo e Parra, 2003, p.11), onde a carne de vaca e a de cordero constituem dois dos quatro produtos básicos (junto a madeira e tabaco) cujos preços aumentaram relativamente frente aos preços dos produtos manufaturados no século XX (Ocampo e Parra, 2003, p.13).

Ainda assumindo a hipótese que Argentina obtêm uma substantiva renda diferencial, é necessária uma explicação consistente, além de descrever as transferências de lucros, remessas de lucros ou juros como faz Katz, porque o primeiro que deveria que explicar é que se assim fosse, como é que as classes dominantes com esse poder, localizadas em uma condição excepcional frente aos suas congêneres da região, se submeteram e se submetem aos ditados do capital transnacional e não colocaram em marcha processos que permitiram reverter essa situação e mantêm a essa formação social na condição de economia subdesenvolvida e dependente.

A presença de vorazes capitais locais e estrangeiros apropriando-se das riquezas naturais da região não é suficiente para dar por certo que o processo caminha em uma direção que haja posto fim ao intercâmbio desigual em prejuízo das economias dependentes.

À luz destes apontamentos, só cabe se perguntar se a proposta de Katz busca efetivamente se constituir em uma atualização da teoria marxista da dependência. Tudo parece indicar, o contrário, que se trata de um esforço de formulação que pouco ou nada se refere a TMD. Não aparecem em nenhum dos escritos difundidos por Katz, portanto, os conceitos e categorias que possam dar conta de como as transferências de valor (que predominam na atualização) e os baixos salários (nova determinação da superexploração) se articulam para gerar subdesenvolvimento e, mais sério ainda, a modalidade de capitalismo que seria o capitalismo dependente.

Desvalorização da Teoria do Capitalismo Dependente

Parte substantiva da discrepância que destacamos têm relação também com o estatuto da teoria marxista da dependência e do capitalismo dependente. Em uma entrevista recente, Katz (2018b) assinala que diferentemente de Cueva - que “rechaçou a existência de leis próprias do capitalismo dependente” - , e de Marini e Dos Santos, - que defendiam o contrário; Marini inclusive sustentou que “a tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar *a legalidade específica* pela que se rege a economia dependente” (Marini, 1973, p.99), Katz assinala seu acordo com “reformulações” que consideram a teoria marxista da dependência como “paradigma” ou “programa de investigação”, mas em seu amplo “acordo com critérios flexíveis”, também concorda com aqueles que a consideram “perspectiva”, “enfoque”, “ponto de vista” e poderíamos agregar “intuição”⁵.

O que denotam estes termos? Que basta entender as transferências de valor para ter a resposta sobre “a dependência”, seguindo fundamentalmente as indicações de Cueva (1994, p.78) antes expostas, para Katz não existe uma entidade chamada “capitalismo dependente”, e se existisse não apresenta leis específicas nem processos *sui generis*.

Portanto, os apontamentos sobre superexploração, ruptura do ciclo do capital, ao que agregaríamos “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, particularidades do ciclo do capital, sobredimensionamento da mais-valia extraordinária, Estado sub-soberanos, domínio de padrões de reprodução do capital voltados ao exterior, não constituem elementos que deem conta de *uma forma particular de capitalismo, o dependente* (Osorio, 2016). Por fim, como apontou Cueva, os conceitos e categorias presentes no *O capital* são suficientes para explicar o atraso, o subdesenvolvimento e a dependência.

Conclusões

É difícil sustentar que este acúmulo de propostas e formulações, que pouco ou nada têm a ver com a teoria marxista da dependência seja feito a partir das coordenadas que definem tal teoria.

⁵ Assim se refere à formulação de Marini sobre a superexploração (2017, p.3).

Falar de centros e periferias não faz de Wallerstein um autor inscrito na teoria marxista da dependência, e em seu caso nem sequer no marxismo, como tampouco ocorre com Prebisch e em geral com a escola do estruturalismo cepalino.

Entre o que Katz considera que deve ser eliminado ou reformulado na TMD, como já comentamos, e o que haveria de incorporar, - entre eles não o tema renda da terra, senão a interpretação de Íñigo Carrega sobre a mesma, que defende uma desvalorização do intercâmbio desigual, o que já terminar por assumir, mas sem nos dizer o que acontece com o rechaço dessa proposta sobre o imperialismo -, creio que nos põe frente a uma nova formulação sobre o subdesenvolvimento e a dependência.

Só cabe lhe dar boas-vindas e que melhor recepção que assumi-la seriamente, com uma leitura crítica sobre o que propõe.

Referências Bibliográficas

- Amin, Samir. *Los desafíos de la mundialización*. México: Siglo XXI Editores, 1997.
- Amin, Samir. *La ley del valor mundializada. Por un Marx sin fronteras*. España: El Viejo Topo, 2011.
- Cueva, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1994.
- Íñigo Carrera, José. *La formación económica de la sociedad argentina, vol. I. Renta Agraria ganancia industrial y deuda externa. 1882-2004*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2007.
- Katz, Claudio. *Aciertos y problemas de la superexplotación*. 2017.
- En katz.lahaine.org/b2-img/ACIERTOSYPROBLEMASDELASUPERXPLORACION.pdf
- _____. Controversias sobre la superexplotación. 2018^a.
- Recuperado en <http://contrahegemoniaweb.com.ar/controversias-sobre-la-superexplotacion/>
- _____. Hacia una renovación del paradigma de la Teoría de la Dependencia. 2018b.
- Recuperado en <http://cronicon.net/wp/hacia-una-renovacion-del-paradigma-de-la-teoria-de-la-dependencia/>
- _____. Dependencia y teoría del valor. 2018c.
- Recuperado en <https://katz.lahaine.org/dependencia-y-teoria-del-valor/>

Marini, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: Serie Popular Era, 1973.

Marx, Carlos. *El capital*, tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, 1973a.

_____. *El capital, tomo III*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973b.

Ocampo, J. A. y Parra, M. A. “Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX”, *Revista de la CEPAL*, núm. 79, Santiago de Chile, 2003.

Osorio, Jaime. *Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, segunda edición, 2016.

Osorio, Jaime. “Sistema mundial y formas de capitalismo. La teoría marxista de la dependencia revisitada”, *Teoría Marxista de la dependencia. Historia, fundamentos, debates y contribuciones*. México: Editorial Ítaca/UAM, 2016.

Osorio, Jaime. “Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia”, *Argumentos* n. 83, UAM-Xochimilco, enero-abril, México, 2017.

Osorio, Jaime. “Acerca de la superexplotación y el capitalismo dependiente”, *Cuadernos de Economía Crítica* n. 8, La Plata, Argentina, 2018.

As vicissitudes de uma Nova Interpretação sobre o Subdesenvolvimento e a Dependência: Notas Críticas à Proposta de Claudio Katz

Resumo

Nestas breves notas proponho mostrar que além do interesse que muitos aspectos dos escritos de Claudio Katz apresentam, nos dois últimos anos (2016-2018) que não são poucos, alguns deles predominam, apesar do desejo de destruição dos fundamentos centrais da teoria marxista da dependência (DTM), em particular, referindo-se à categoria de superexploração, desvalorizando ademais a troca desigual e propondo estabelecer uma atribuição singular à proposta de Juan Íñigo Carrera sobre renda para explicar o subdesenvolvimento da região.

Los Avatares de una Nueva Interpretación sobre el Subdesarrollo y la Dependencia: Notas Críticas a la Propuesta de Claudio Katz

Resumen

En estas breves notas me propongo poner de manifiesto que más allá del interés que presentan muchos aspectos de los escritos de Claudio Katz, en los últimos dos años (2016-2018) que no son pocos, predomina en algunos de ellos no obstante un afán de destrucción de los cimientos centrales de la teoría marxista de la dependencia (TMD), en particular, referidos a la categoría de superexplotación, devaluando además la de intercambio desigual y proponiendo establecer una singular adscripción a la propuesta de Juan Íñigo Carrera sobre la renta para explicar el subdesarrollo de la región.

The Avatars of a New Interpretation on Underdevelopment and Dependence: Critical Notes to the Proposal by Claudio Katz

Abstract

These brief notes I propose to show that beyond the interest that many aspects of the writings of Claudio Katz present, in the last two years (2016-2018) that are not few, some of them predominate, despite a desire to destruction of the central foundations of the Marxist theory of dependency (TMD), in particular, referring to the category of super-exploitation, devaluing in addition the unequal exchange and proposing to establish a singular ascription to Juan Íñigo Carrera's proposal on income to explain the underdevelopment of the region.